



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO - DCIM/CGPI/DIREX/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0244148/2016-DCIM/CGPI/DIREX/PF

Processo nº 08205.001553/2016-61

**TERMO DE REFERÊNCIA – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO**  
**(COMPRAS)**

**Processo Administrativo nº 08205.001553/2016-61**

**Unidade Solicitante: Divisão de Controle de Imigração/CGPI/DIREX**

**1 – Do objeto:**

1.1 - Aquisição de 1.000 (mil) carimbos autotintados; datador e numerador manual; com capacidade para cerca de 2.000 (duas mil) impressões diárias; com placa de texto vulcanizada a laser e com permanente qualidade de impressão; medindo 5,8cm x 3,2cm; com identificação do nº de série (2501 a 3300) na placa de texto e gravação do nº de série nas laterais das hastes metálicas, conforme modelo (padrão) e especificações detalhadas no item 4.1.

1.2 – Será analisada pelo Setor de Compras se há a necessidade de reserva de cota de até 25% do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com a Lei Complementar 123/2006, art. 48, III.

1.3 – O material solicitado possui as especificações detalhadas abaixo:

Carimbos migratórios, em número de 1.000 (mil), confeccionados de acordo com o modelo (padrão reproduzido no Anexo I) e que contenham caracteres (descritos no Anexo II) para os seguintes dados:

- a. Data (dia, mês e ano) com 6 (seis) caracteres (dígitos) móveis;
- b. Código do ponto de fiscalização, composto por 3 (três) caracteres (dígitos) móveis;
- c. Movimento de entrada / saída, composto por um caracter (dígito) móvel;
- d. Espaço para a aposição da classificação da entrada (turista, diplomata, refugiado, asilado, oficial, cortesia, etc.);
- e. Espaço para aposição do código do documento de viagem apresentado (passaporte, laissez passer, autorização de retorno ao Brasil, carteira de identidade, etc.);
- f. Espaço para aposição do prazo de estada concedido;
- g. Espaço localizado na parte superior, com os dizeres fixos: **“POLÍCIA FEDERAL – BRASIL”**;
- h. Espaço destinado a numeração fixa que corresponda ao número de série do carimbo;

1.4. A compra do material poderá ser parcelada, ressaltando-se que há a necessidade de aquisição imediata de 400 (quatrocentas) unidades, devido à demanda mencionada no item 2 .

#### 1.5 – Estimativas de consumo das Unidades Descentralizadas:

A estimativa de consumo a seguir foi baseada na planilha de controle interno do setor, no período de 2014 até a data atual, tendo como parâmetro a última aquisição, em 2013, quando foram comprados 800 carimbos.

Documento de remessa e data do envio	Quantidade enviada	Destino	UF
MEMO Nº 011/2014-DCIM/CGPI	10	DELEMIG/SR/DPF/AL	AL
MEMO Nº 012/2014-DCIM/CGPI	5	DELEMIG/DREX/SR/DPF/RR	RR
MEMO Nº 013/2014-DCIM/CGPI	6	NPAER/DELEMIG/SR/DPF/PR	RR
MEMO Nº 014/2014-DCIM/CGPI	30	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO Nº 015/2014-DCIM/CGPI	70	DEAIN/SR/DPF/SP	SP

MEMO Nº 023/2014-DCIM/CGPI	30	UPAER/DPF/CAS/SP	SP
MEMO Nº 035/2014-DCIM/CGPI	2	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO Nº 036/2014-DCIM/CGPI	10	DELEMIG/SR/DPF/RS	RS
MEMO Nº 038/2014-DCIM/CGPI	4	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO Nº 042/2014-DCIM/CGPI	8	DELEMIG/SR/DPF/MT	MT
MEMO Nº053/2014-DCIM/CGPI	40	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO Nº 054/2014-DCIM/CGPI	10	SR/DPF/MG	MG
MEMO Nº 055/2014-DCIM/CGPI	1	DEAER/SR/DPF/SP	SP
Despacho nº 77/2014-DCIM/CGPI	2	SR/DPF/MT	MT
MEMO Nº 056/2014-DCIM/CGPI	5	CAD/NUMIG/DPF.A/FIG/PR	PR

MEMO N° 057/2014- DCIM/CGPI	70	DEAIN/SR/DPF/SP	SP
MEMO N° 063/2014- DCIM/CGPI	14	NFTI AIPM/DELEMIG/DREX/SR/DPF/CE	CE
MEMO N° 064/2014- DCIM/CGPI	13	DELEMIG/PE	PE
MEMO N° 067/2014- DCIM/CGPI	3	DELEMIG/SE	SE
MEMO N° 068/2014- DCIM/CGPI	4	DEAIN/SP	SP
MEMO N° 069/2014- DCIM/CGPI	5	DEAIN/RJ	RJ
MEMO N° 071/2014- DCIM/CGPI	5	DELEMIG/AM	AM
MEMO N° 074/2014- DCIM/CGPI	2	DPF/CRA/MS	MS
MEMO N° 101/2014- DCIM/CGPI	1	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO N° 102/2014 DCIM/CGPI	10	DEPOM/DPF/SSB/SP	SP

MEMO Nº 121/2014-DCIM/CGPI	20	DELEMIG/SR/DPF/PE	PE
MEMO Nº 153/2014-DCIM/CGPI	10	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO Nº 154/2014-DCIM/CGPI	10	NEPOM/DREX/SR/DPF/CE	CE
MEMO Nº 155/2014-DCIM/CGPI	4	DELEMIG/DREX/SR/DPF/RR	RR
MEMO Nº 156/2014-DCIM/CGPI	2	DPF/EPA/AC	AC
MEMO Nº 157/2014-DCIM/CGPI	2	DPF/CRA/MS	MS
MEMO Nº 017/2015-DCIM/CGPI	29	DEAIN/SR/DPF/SP	SP
MEMO Nº 036/2014-DCIM/CGPI	15	NPAER/DELEMIG/SR/DPF/RS	RS
MEMO Nº 037/2015-DCIM/CGPI	4	NFTI/NEPOM/RJ	RJ
MEMO Nº 054/2015-DCIM/CGPI	10	DEPOM/DPF/IJI/SC	SC

MEMO N° 055/2015- DCIM/CGPI	2	DPF/DCQ/SC	SC
MEMO N° 056/2014- DCIM/CGPI	2	DPF/SBA/RS	RS
MEMO N° 057/2014- DCIM/CGPI	4	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO N° 061/2015- DCIM/CGPI	5	DPF/CHI/RS	RS
MEMO N 067/2015- DCIM/CGPI	3	NEPOM/MA	MA
MEMO N° 86/2015- DCIM/CGPI	24	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO N° 100/2015- DCIM/CGPI	3	DPF/PAC/RR	RR
MEMO N° 106/2015- DCIM/CGPI	1	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO N° 119/2015- DCIM/CGPI	1	DELEMIG/DREX/SR/DPF/RR	RR
MEMO N° 120/2015- DCIM/CGPI	2	DPF/CAE/MT	MT

MEMO N° 123/2015-DCIM/CGPI	7	DREX/SR/DPF/AC	AC
MEMO N° 125/2015-DCIM/CGPI	5	DELEMIG/DREX/SR/DPF/RN	RN
MEMO N° 126/2015-DCIM/CGPI	1	DPF/PAC/RR	RR
MEMO N° 127/2015-DCIM/CGPI	7	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO N° 128/2015-DCIM/CGPI	2	NAD/BGE/RS	RS
MEMO N° 124/2015-DCIM/CGPI	21	GFTI/DEAIN/SR/DPF/SP	SP
MEMO N° 139/2015-DCIM/CGPI	5	NUMIG/DPF/MCE/RJ	RJ
MEMO N° 140/2015-DCIM/CGPI	10	NUMIG/DELEX/DPF/FIG/PR	PR
MEMO N° 141/2015-DCIM/CGPI	4	NUMIG/GMI/RO	RO
		NPAER/DELEMIG/SR/DPF/MG	

MEMO Nº 142/2015-DCIM/CGPI	10		MG
MEMO Nº 151/2015-DCIM/CGPI	12	DELEMIG/DEREX/SR/DPF/RN	RN
MEMO Nº 172/2015-DCIM/CGPI	16	NFTI/NPAER/SR/DPF/BA	BA
MEMO Nº 185/2015-DCIM/CGPI	4	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO Nº 186/2015-DCIM/CGPI	7	DPF/RGE/RS	RS
MEMO Nº 08/2016-DCIM/CGPI	13	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO Nº 09/2016-DCIM/CGPI	13	DEAIN/SR/DPF/SP	SP
MEMO Nº 15/2016-DCIM/CGPI	1	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO Nº 16/2016-DCIM/CGPI	4	NUMIG/DPF/SAG/RS	RS
MEMO Nº 17/2016-DCIM/CGPI	10	GFTI/DEAIN/SR/DPF/SP	SP

MEMO Nº 18/2016- DCIM/CGPI	7	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO Nº 019/2016- DCIM/CGPI	3	DPF/DCQ/SC	SC
MEMO Nº 020/2016- DCIM/CGPI	2	GFTI/DEAIN/SR/DPF/SP	SP
MEMO Nº 021/2016- DCIM/CGPI	5	NUMIG/DPF/FIG/PR	PR
MEMO Nº 042/2014- DCIM/CGPI	22	GFTI/DEAIN/SR/DPF/SP	SP
MEMO Nº 043/2016- DCIM/CGPI	10	DPF/UGA/RS	RS
MEMO Nº 044/2016- DCIM/CGPI	7	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO Nº 045/2016- DCIM/CGPI	3	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO Nº 052/2016- DCIM/CGPI	4	DELEMIG/DREX/SR/DPF/RR	RR

MEMO N° 053/2016-DCIM/CGPI	4	DELEMIG/SR/DPF/MG	MG
MEMO N° 070/2016-DCIM/CGPI	2	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	2
MEMO N° 071/2016-DCIM/CGPI	1	DELEMIG/DREX/SR/DPF/RR	RR
MEMO N° 080/2016-DCIM/CGPI	4	DPF/CRA/MS	MS
MEMO N° 089/2016-DCIM/CGPI	4	DPF/ANGRA/RJ	RJ
MEMO N° 090/2016-DCIM/CGPI	3	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ
MEMO N° 091/2016-DCIM/CGPI	1	DEAIN/DREX/SR/DPF/DF	DF
MEMO N° 092/2016-DCIM/CGPI	7	DPF/UGA/RS	RS
MEMO N° 093/2016-DCIM/CGPI	16	GFTI/DEAIN/SR/DPF/SP	SP
MEMO N° 094/2016-DCIM/CGPI	10	DEAIN/SR/DPF/RJ	RJ

<b>Total de carimbos enviados: 780</b>

## 2 – Justificativa e objetivo da contratação:

2.1 - A aquisição do material suprirá a necessidade de reposição de carimbos danificados ou inutilizados pelo uso, bem como a demanda de utilização dos mesmos por um crescente número de policiais designados ao exercício das funções inerentes ao controle migratório nos aeroportos, portos e pontos de fiscalização das fronteiras terrestres do país.

De acordo com registros desta divisão, o último processo de aquisição de carimbos de controle teve início em 2013. Na ocasião foram adquiridos 800 (oitocentos) unidades. Atualmente há ao menos 850 estações de atendimento (STI) em funcionamento. A cada estação deve corresponder, no mínimo, um carimbo.

Ademais, a demanda de viajantes submetidos à fiscalização migratória cresceu, aproximadamente, 10% nos dois últimos anos, em razão da economia e dos grandes eventos realizados no país, a exemplo das Olimpíadas e Para-Olimpíadas, o que têm gerado aumento na quantidade necessária de carimbos. Ressalta-se, inclusive, que a vida útil dos carimbos é diminuída em locais de intenso fluxo de viajantes. Por fim, registra-se que atualmente esta divisão conta com apenas 74 (setenta e quatro) carimbos de controle migratório em estoque.

Ante o exposto, é urgente a aquisição dos referidos carimbos, na quantidade mencionada, a fim de evitar transtornos ao serviço em face da possível indisponibilidade do material.

2.2 – A referida contratação enquadra-se no Sistema de Registro de Preços – SRP, pois, de acordo com o estabelecido no Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em seu art. 3º:

*“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;*

*II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - ...”*

## 3. – Da Classificação dos Serviços:

3.1 - O material descrito acima é considerado bem comum nos moldes do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002, tendo em vista o material para sua produção ser facilmente encontrado no mercado, bem como pelo fato de objetos similares serem fabricados em larga escala por diversas empresas do segmento de carimbos.

3. - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.

#### **4. – Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto:**

4.1. O recebimento do material será feito por servidor da Divisão de Controle de Imigração (DCIM) nas dependências do Setor de Almoxarifado (SEAL) da DMAT/COAD, localizado no SAIS – Quadra 07 – Setor Policial Sul, Brasília-DF, no horário de 8h30min às 11h30min e das 14h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, e somente se efetivará após ter sido examinado e julgado em perfeitas condições técnicas.

4.2. O prazo de entrega será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.3. A Divisão de Controle de Imigração (DCIM) indicará um servidor para receber o material e fiscalizar o contrato, observando o exato cumprimento de todas as cláusulas decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o artigo 67 da Lei 8.666/93.

4.4. A contratada deverá prestar garantia dos produtos fornecidos, pelo prazo mínimo de 180 dias a contar da entrega do material.

#### **5– Obrigações da contratante:**

5.1 – Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;

5.2 – Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas correlatas necessárias;

5.3 – Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar o recebimento do material, a ser indicado pela Divisão de Controle de Imigração (DCIM);

5.4 – Não permitir o recebimento do material em desacordo com o preestabelecido.

5.5 \_ Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

#### **6 – Obrigações da Contratada:**

6.1. Responsabilizar-se integralmente pelos itens fornecidos, procedendo à substituição imediata dos itens defeituosos ou danificados;

6.2. Oferecer garantia dos produtos fornecidos, pelo prazo mínimo de 180 dias a contar da entrega do material;

- 6.3. Responder por todos os ônus referentes à entrega dos itens cotados, tais como fretes, encargos sociais e legais, impostos, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados;
- 6.4. Fornecer os itens cotados, conforme as exigências deste instrumento e do modelo colocado à disposição para vistoria técnica, no local indicado no item 4.1;
- 6.5. Fornecer os itens dentro do prazo estabelecido no item 4.2;
- 6.6. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato às reclamações;
- 6.7. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais, realizando imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- 6.8. Fornecer, sempre que solicitado, a contar da notificação a documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- 6.9. Manter todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;
- 6.10. Respeitar, no que for cabível, os critérios ambientais previstos – IN nº. 01/2010-SLTI/MPOG.

## **7 – Controle da Execução:**

- 7.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
  - 7.1.1 . O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **8 – Das infrações e das sanções administrativas:**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

8.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

8.1.2. Apresentar documentação falsa;

8.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.4. Cometer fraude fiscal;

8.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

8.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1- Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Adjudicatária, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

8.2.2 - Multa de:

8.2.2.1 – 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

8.2.2.2 – 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

8.2.2.3 – Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

8.2.2.4 – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

8.3 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devida pelo Departamento de Polícia Federal ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.4 – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa Adjudicatária, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Polícia Federal;

8.5 – Poderá ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

8.6 - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

8.7 – A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela de Polícia Federal.

8.8 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar, impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, nos termos do art. 88 da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

8.8.1 - tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

8.8.2 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.8.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.9 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário/contratante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.10 - A Autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **9 – Da Subcontratação:**

9.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10 – Do custo estimado da aquisição:**

10.1 – O custo da aquisição do material foi feito com base no Mapa Comparativo de Preços anexo ao Processo;

10.2 – O valor médio do produto a ser adquirido é de R\$ 200,33 e o valor total médio da aquisição girará em torno de R\$ 200.330,00.

## **11- Alteração Subjetiva:**

11.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Brasília, 23 de setembro de 2016.

**DPF Silvana Helena Vieira Borges**

**Coordenadora-Geral de Polícia de Imigração**

**CGPI/DIREX**

**De acordo.**

**Aprovo.**

**DPF Rogério Augusto Viana Galloro**

**Diretor Executivo do DPF**

**DIREX/DPF**

---



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO REZIO CUBO**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 28/09/2016, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **SILVANA HELENA VIEIRA BORGES**, **Coordenador-Geral**, em 29/09/2016, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO AUGUSTO VIANA GALLORO**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 29/09/2016, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0244148** e o código CRC **ED21CB4C**.

---